

O SURGIMENTO DA PESQUISA ANTIQUÁRIA

I

Em toda a minha vida fui sempre fascinado por um tipo de homem tão próximo da minha profissão, tão transparentemente sincero em sua vocação, tão entusiasmado e com razão, e ainda assim tão misterioso com relação aos seus objetivos finais: o homem que se interessa pelos fatos históricos sem se interessar pela história. Hoje em dia, é raro encontrar o verdadeiro antiquário. Para encontrá-lo, é preciso ir ao interior da Itália e da França e estar preparado para ouvir as longas explicações feitas por velhos em lugares frios e desconfortáveis. Assim que o antiquário abandona o seu castelo miserável que ainda conserva qualquer coisa do século 18 e entra na vida moderna, ele se transforma no grande colecionador, destinado a se especializar; ele pode até terminar como o fundador de um instituto de belas artes ou de antropologia comparativa. O venerando antiquário é vítima de uma época de especialização. Ele está agora mais do que ultrapassado: ele transformou-se em um problema histórico a ser estudado no quadro das correntes entrecruzadas de pensamento e de “Wel-

tanschauungen” em transformação – justamente tudo aquilo que gostaria de evitar.

Consideremos por um momento o arquétipo de todos os antiquários: Nicolas-Claude Fabri sieur de Peiresc. Ele nasceu em 1580, e onde poderia ter sido a não ser na Provence, não distante de Aix? Era um descendente de magistrados e membros do parlamento e tornou-se ele mesmo um magistrado e um membro do parlamento e, acidentalmente, um administrador bastante hábil das propriedades de sua família. Permaneceu solteiro; era um viajante inveterado, muito mais do que sua saúde frágil e suas obrigações permitiam. Aix era seu amor e seu orgulho e lá ele morreu em 1637, no meio de suas coleções de medalhas, livros, plantas, minerais, instrumentos científicos e nem sei o que mais. Sua morte foi sentida em quarenta idiomas diferentes, inclusive o escocês, em um livro comemorativo, um “*generis humani lessus*”, “um queixume do gênero humano”, denominado *Panglossia*, compilado pela *Accademia degli Humoristi* de Roma sob o patrocínio do Cardeal Francisco Barberini, sobrinho do Papa Urbano VIII. Claude de Peiresc não publicou quase nada: há apenas um panfleto a respeito de um assunto antiquário de segunda linha. Mas ele escreveu longas e espirituosas cartas para muitos dos grandes homens de sua época, de Grotius a Rubens: há milhares delas na *Bibliothèque Méjanes* de Aix e na *Bibliothèque Inguimbertaine* de Carpentras e em outras bibliotecas. Suas cartas foram apenas parcialmente publicadas na edição monumental de Tamizey de Larroque e em algumas outras publicações, mas, pelo menos no último período de sua vida, ele manteve um registro muito cuidadoso de toda a sua correspondência. Claude de Peiresc compartilhou ainda das observações astronômicas de seu amigo Gassendi, que mais tarde tornou-se seu biógrafo. Teve experiências em fisiologia, tendo realizado dissecações de animais e do corpo humano. Sua especialidade eram os gatos angorás, e ele os usava

como presentes para as pessoas quando queria induzi-las a comprar suas antigüidades. Escreveu a um de seus agentes: “Se for útil oferecer um dos gatinhos para conseguir o vaso de Vivot, não hesite em se comprometer”. Mas a sua preferência, de fato, eram as antigüidades: moedas, estátuas e manuscritos. Possuía dezessete mil peças em *seu cabinet de médailles* quando morreu. Estudava o que colecionava – e muito mais coisas. Seu nome é conhecido em associação com o *Grand Camée de Paris* e com o calendário de Filocalo: o último, mas não o primeiro, havia sido seu. Judeus e hereges estavam entre seus correspondentes: os dois Nostradamus, Rabbi Šalomão Azubius e Tommaso Campanella. A Bíblia samaritana e os trovadores provençais estavam entre seus temas de grande interesse.

É possível encontrar um sentido em todas estas atividades caóticas? Elas certamente faziam sentido para os contemporâneos de Peiresc, começando por seu biógrafo P. Gassendi (1641). O nome de Gassendi nos introduz de imediato ao círculo dos *libertins érudits* – Dupuy, Naudé, Gui Patin, La Mothe Le Vayer. Sextus Empiricus (traduzido por Henricus Stephanus para o latim em 1562 e disponível em grego desde 1621) era um de seus mentores. Sextus agradava também a Montaigne, cuja mãe era judia, e a Francisco Sanches, o filho de Marranos que escreveu *Quod nihil scitur*. Ele tinha naturalmente algo a oferecer a homens vivendo na fronteira entre diferentes religiões, mas ele também abriu novos panoramas àqueles que estavam cansados das controvérsias teológicas no interior de suas próprias confissões. É verdade que Peiresc não parece ter tomado parte nas *débauches pyrrhoniennes* de Naudé, Gassendi e Patin, a respeito das quais Patin escreveu em uma carta famosa (*Lettres* III, 508 de 1648). Quando enfrentou os *Dialogues d’Oratius Tubero* – a publicação cética de François de La Mothe Le Vayer –, Peiresc renunciou a qualquer compreensão de pensamentos tão profundos: “*moy qui ne cognoys rien en toutes ces grandes élévations*

d'esprit" (IV, 385). Mas, três dias mais tarde, ele fez a seu amigo Gassendi uma das afirmativas mais enérgicas contra aqueles séculos de "grande simplicité" em que se acreditava em tudo "sans aultre preuve que de simples conjectures de ce qui pouvoit avoir esté" (IV, 383). Peiresc era um pirronista, até onde um pirronista gostasse de coisas tangíveis, e Peiresc e Gassendi concordavam que a observação empírica era muito mais confiável do que a filosofia dogmática. Assim Peiresc escreveu a respeito de um caso particular ao Père Anastase: "l'observation directe s'impose, et marque les erreurs des calculs les plus savants". O seu biógrafo em latim mais solene confirma que Peiresc lamentava o hábito de descuidar daquilo que o olho podia captar.

É irrealista perguntar-se se Gassendi ou Peiresc acreditavam no cristianismo. Nunca admitiram ser descrentes e não há uma razão convincente para assumir que fossem. Mas voltaram-se aos experimentos, documentos, fatos individuais em um espírito de curiosidade universal e de desconfiança em relação ao dogmatismo. Admiravam Galileu; e Peiresc, com toda cautela, escreveu ao Cardeal Barberini que, ao condenar Galileu, a Igreja corria o risco de aparecer para a posteridade como a perseguidora de um outro Sócrates: "pourrait même être un jour comparée à la persécution que Socrate éprouva dans sa patrie". Galileu é um nome que deve ser lembrado em associação com os antiquários. Os antiquários italianos do século 17 e do início do 18 eram bastante explícitos ao declarar serem seus pupilos. Não tenho dúvida de que ambos Gassendi e Peiresc e seus amigos também estavam tentando aplicar o método de observação de Galileu aos seus próprios estudos antiquários. Eles estavam convencidos de que podiam examinar objetos materiais do passado de uma maneira positivamente científica, e eles não gostavam do viés do historiador que trabalhava com evidências produzidas por predecessores também comprometidos. Podemos compreender porque Henricus Stephanus – que não era

nem um verdadeiro católico e nem um verdadeiro calvinista – era um admirador tanto de Heródoto quanto de Sextus Empiricus: ele gostava de Heródoto como um verdadeiro colecionador de fatos obtidos pela observação direta e, com sua linguagem colorida, ele descrevia Sextus Empiricus como um pensador que ajudaria a levar à loucura os filósofos dogmáticos e ímpios dos tempos modernos, "ut nostri saeculi dogmaticos impios philosophos ad insaniam redigam". Historiadores pós-Heródoto estavam tradicionalmente muito comprometidos com as controvérsias políticas e religiosas para sintonizarem o desejo pela objetividade, pelo experimento e pela neutralidade teológica, características dos *érudits*.

O novo pirronismo voltou-se contra a confiabilidade dos historiadores comuns. Os antiquários estavam em posição mais forte. Os objetos falavam pelas épocas em que tinham sido fabricados. Como o grande espanhol Antonio Agustín havia escrito em um trabalho publicado em 1587, e muitos outros tinham repetido mais tarde, nada poderia ser mais confiável do que as moedas romanas – documentos oficiais garantidos pelas próprias autoridades romanas. É claro que os *libertins érudits* estavam cientes que os objetos podiam ser forjados, mas também sabiam como detectar as falsificações. Para uma moeda falsificada, há cem que são autênticas e que servem como teste. Mas como se poderia testar a veracidade do relato de uma batalha em Tucídides ou em Lívio se esta era única?

II

Assim Peiresc e seus companheiros nos fornecem ao menos uma introdução à mentalidade dos antiquários. A sua paixão por objetos antigos foi a consequência de seu interesse pela observação empírica e pelo experimento em todos os campos.

Eles desconfiavam da tradição literária, desgostavam das controvérsias teológicas e viam pouca utilidade na história política. Uma boa dose de ceticismo herdada de Sextus Empiricus contribuiu para a sua atitude. É digno de nota que muitos dos grandes antiquários do século 17 de Charles Patin a Jacob Spon eram médicos: um fato já comentado por seus contemporâneos. A interpretação dos objetos individuais ou inscrições era o exercício favorito destes homens. Eles eram capazes do elogio de fatos desconexos, atitude que para nós, hoje, estaria distante de qualquer diligência mais séria. Angelo Fabroni, que escreveu as vidas de alguns dos mais importantes antiquários do século 17 e de seu próprio tempo, enfatizou com admiração a variedade de temas estudados por seus heróis. Ele nunca considerou necessário encontrar qualquer unidade de interesse entre eles. Ao descrever, por exemplo, as atividades de Filippo Buonarroti, não fez qualquer esforço para compreender por que Buonarroti tinha que pular de Silander e Aureliopolis “pene incognitae urbes” para o “status civitatis” de Tarso e para o significado de “Neocori”. Com efeito, nem o próprio Buonarroti esperaria que o seu biógrafo se preocupasse com isso. Os antiquários adoravam fatos disparatados e obscuros. Mas por trás dos itens individuais, aparentemente não relacionados, estava a Antigüidade, misteriosa e augusta. Implicitamente, todo antiquário sabia que estava destinado a acrescentar alguma coisa à imagem da Antigüidade. Na prática isto significava que os fatos individuais eram colecionados e separados com uma perspectiva de um levantamento geral futuro daquelas instituições, costumes, cultos, a respeito dos quais as moedas e as inscrições eram consideradas como as evidências mais importantes. A mente do antiquário vagava verdadeiramente para lá e para cá entre os fatos únicos e os levantamentos gerais. O levantamento, se algum dia acontecesse (o que não era muito freqüente), nunca resultaria em um livro comum de história. A Antigüidade era estática: ela pedia por descrições de an-

tigas instituições, religião, lei, finanças. A forma literária do manual de antigüidades tinha sido já bem estabelecida desde 1583, quando J. Rossfeld, chamado Rosinus, publicou o seu *Romanorum antiquitatum libri decem*. Trabalhos antiquários posteriores preservaram a estrutura do livro de Rosinus com uma uniformidade notável.

Os antiquários do século 17 e 18 não teriam sido o que foram se tivessem se considerado como uma seita nova. Ao contrário, orgulhavam-se de ser uma relíquia da Antigüidade. O próprio nome que usavam, *antiquarius*, lembrava a obra de Varão, *Antiquitates (humanae et divinae)*. Eles tomavam com prazer Plínio, Ateneu, Aulo Gélio, Filostrato e Pausânias como antecessores. É necessário que aceitemos sua reivindicação de serem os continuadores dos antigos antiquários.

O que pode parecer uma coincidência, talvez não seja inteiramente casual. Em primeiro lugar, na Antigüidade, também, a pesquisa erudita tinha florescido em períodos de dúvida intelectual. O aparecimento dos sofistas, o nascimento das grandes escolas de filosofia depois de Alexandre, a introdução do ceticismo acadêmico em Roma nos séculos 2º e 1º a.C., são simultâneos aos melhores períodos da erudição antiga. Em segundo lugar há uma clara analogia entre os manuais sistemáticos do final da Renascença e a organização sistemática da erudição antiga. Pareceria que a atitude mental sistemática dos antiquários antigos teria passado para os tempos modernos. Em terceiro e último lugar, a separação da história política dos estudos antiquários também é encontrada na Antigüidade. Ela ocorreu de fato quando Tucídides criou a história política na época dos sofistas. É uma suposição justa dizer que se Heródoto tivesse permanecido como o historiador modelo nunca teriam existido os antiquários. A sua curiosidade abraçava potencialmente todos os temas que mais tarde se tornaram o campo do antiquário. Tucídides fez de um modo com que Heródoto não prevalecesse. Em conseqüência, a

história tornou-se uma narração de acontecimentos políticos e militares, dando-se preferência aos eventos que os próprios historiadores haviam presenciado. Todos os historiadores “clássicos” depois de Heródoto – Tucídides, Xenofonte, Éforo, Políbio, Salústio, Lívio, Tácito – adequaram-se a este padrão.

A erudição, assim como Políbio deixa claro em sua polêmica contra Timeu, não era um elemento essencial; com efeito, não era nem mesmo uma qualidade desejável em um historiador. Autores de história local, de cronografias, genealogias, dissertações eruditas, obras etnográficas, quaisquer que fossem seus méritos, não se qualificavam como verdadeiros historiadores. É suficiente que nos lembremos de que a lista dos historiadores importantes em Quintiliano inclui, entre os gregos, Heródoto, Tucídides, Xenofonte, Teopompo, Éforo, Filisto, Clitarco e Timagenes. Nem um antiquário é incluído – nenhum dos historiadores locais da Ática. Se os historiadores da Sicília forem considerados verdadeiros historiadores (como a menção a Filisto parece indicar), é porque a Sicília era um mundo por si só e os conflitos entre os gregos e os cartagineses eram de importância política geral. Os historiadores da Sicília eram mais do que historiadores locais. Não é por acaso que Antíoco de Siracusa havia sido uma fonte de Tucídides, enquanto Filisto, o próximo no tempo e em importância, era um admirador e um imitador de Tucídides. Nenhum escritor que tivesse se ocupado de ritos religiosos, leis bárbaras, nomes obsoletos ou história local chegou até nós com uma reputação comparável àquela de Éforo ou de Salústio. Todo mundo achava que escritores deste tipo eram qualquer coisa menos historiadores. E seria realmente difícil responder com clareza – a quem perguntasse – o que realmente eram.

Uma palavra abrangente para designar o que chamamos de estudos antiquários não existiu na Antigüidade, ainda que em época helenística e romana a noção era expressa, com uma certa falta de precisão, por termos como *kritikos*, *philologos*, *polyistor*,

grammatikos, *doctus*, *eruditus*, *literatus*. A associação mais próxima era *archaiologos* assim como aparecia em Platão. O sofista Hípias diz no platônico *Hípias Maior* (285 D) que as genealogias de heróis e de homens, as tradições sobre as fundações das cidades e as listas dos magistrados epônimos são parte de uma ciência chamada Arqueologia. O fato de Platão colocar a palavra “arqueologia” na boca de Hípias não prova precisamente que Hípias a teria usado. Mas Hípias era uma autoridade nos temas mencionados por Platão. Ele compilara a lista dos ganhadores nos jogos olímpicos, e realizava pesquisa a respeito de nomes e de leis. Além disso, arqueologia é uma daquelas palavras abstratas invenção típica de sofistas. O que Platão prova, em todo caso, é que nos séculos 5º e 4º a.C. alguns tipos de estudos históricos eram chamados arqueologia e não história. Esta conveniente terminologia não foi usada de modo generalizado depois do século 4º a.C. Arqueologia foi empregada no período helenístico e em época romana para indicar uma obra de história arcaica ou uma história que começasse com as origens. A *Arqueologia Romana* de Dionísio de Halicarnasso é uma história arcaica de Roma. A *Arqueologia Judaica* de Flávio Josefo é uma história dos judeus que começa com as suas origens e vai até a época de Josefo. Uma obra escrita pelo Rei Juba, composta na época de Augusto, podia ser tanto chamada de História Romana quanto de Arqueologia Romana. A um poema atribuído a Simônides sobre as origens de Samos foi retrospectivamente dado o nome de *Arqueologia de Samos*, e até a *Atthis* de Fanodemo, uma obra do século 4º a.C., foi mais tarde chamada de *Arqueologia* porque tratava principalmente da história arcaica de Atenas. Assim, na época helenística, a palavra *arqueologia* perdeu o sentido que encontramos em Platão. Se Hípias tentou estabelecer *archaeologia* em oposição a *história*, ele fracassou. Os outros termos que mencionamos, de *philologos* até *eruditus*, nunca foram precisos. O fracasso é significativo. Quer dizer que os antigos nunca foram capazes de fazer uma distinção nítida entre história pro-

propriamente dita e um tipo diferente de pesquisa que se ocupa com o passado sem ser história.

Mas o fracasso para criar uma distinção epistemológica clara e permanente entre história e outro tipo de pesquisa não implica que esta distinção tivesse sido esquecida ou que fosse sentida apenas vagamente. A história local, a genealogia, a cronologia, a mitografia, o estudo das leis antigas, as cerimônias, os nomes, etc., desenvolveram-se fora da tendência geral da historiografia. De modo negativo, estes estudos eram caracterizados por uma falta de interesse primordial pelo aspecto político, por uma indiferença pelas questões contemporâneas de importância geral e por uma falta de qualidade retórica. De modo positivo, estes estudos eram caracterizados por um interesse pelos detalhes minuciosos do passado, por um patriotismo local não disfarçado, pela curiosidade por eventos pouco comuns e por monstruosidades, e pela ostentação da erudição como um fim em si mesma.

Um traço, não de todas mas de muitas destas obras, precisa ser sublinhado particularmente porque estava destinado a determinar o futuro do que chamamos estudos antiquários. Refiro-me ao tratamento sistemático. A história comum é ordenada cronologicamente. O sentido da narrativa histórica depende do fator tempo, da sucessão correta de acontecimentos. Muito da pesquisa que hoje examinamos não era fiel a esse princípio cronológico de organização. Era sistemática e abrangia todo o tema, seção por seção: era descritiva de uma forma sistemática e não explanatória em uma ordem cronológica. Isto era natural. Se você estuda o nome das nações, *ethnon onomasiai*, ou os sacrifícios habituais em Esparta, *peri ton en Lakadaimoni thusion*, a forma mais fácil de aproximação é o exame de um por um. As datas de muitos acontecimentos políticos são conhecidas, mas as datas da origem das instituições e das palavras são tanto desconhecidas quanto difíceis de serem des-

cobertas. Quando era fácil de se estabelecer uma cronologia — ou quando era o propósito da pesquisa —, os antiquários não tinham, é claro, objeção à ordem cronológica. A maneira mais fácil de escrever a respeito de um tema antiquário com a história local era fazê-lo em ordem cronológica. Com efeito, em algumas histórias locais os nomes dos magistrados epônimos do ano eram colocados antes do registro dos eventos daquele ano. A crônica local de Atenas foi organizada de acordo com a sequência dos arcontes atenienses (Jacoby, *Fr. Gr. Hist.* III, b, II, p. 14, n. 132); a crônica de Samos de acordo com os magistrados sâmios (Herod. III, 59,4; Tuc. I, 13, 2).

A ordem sistemática, em última análise, veio representar o maior, se não o único, critério de distinção entre a história propriamente dita e as outras pesquisas a respeito do passado. Tendo sido adotado por Varrão em suas *Antiquitates*, este critério tornou-se também um traço dos estudos romanos a respeito do passado e assim foi transmitido aos humanistas do século 15. O fator tempo, assim, teve um papel menor nos estudos antiquários do que naqueles dedicados à história política. Por sua vez, as obras sobre a história política evitavam qualquer apresentação sistemática: de toda forma, ninguém pensava na *Política* de Aristóteles (quando ela se tornou conhecida) como um livro de história.

III

Há uma confirmação para a minha tese segundo a qual o surgimento da pesquisa erudita coincidiu com a criação do pensamento político por Tucídides. Toda a documentação que possuímos parece indicar que os livros sobre história local e também as listas de magistrados, de cerimônias religiosas, de nomes próprios, e de outros monumentos de interesse histórico, foram escritos pela primeira vez nos últimos trinta anos do século 5º

a.C. Não há dúvida de que as listas de magistrados e os registros de acontecimentos locais existiram antes dessa época, mas não foram tomados como objeto de pesquisa científica. A etnografia e a genealogia tinham uma posição diferente. Existiam como ciência antes de Tucídides. Como vimos, elas condicionaram o trabalho de Heródoto e tornaram-se parte da sua *historia*. Mas quando Tucídides restringiu a sua história aos acontecimentos políticos, a etnografia e a genealogia transformaram-se igualmente em temas eruditos.

A pesquisa antiquária – ou *archaeologia* – tinha uma importância prática. As listas dos ganhadores dos jogos olímpicos, preparadas por Hípias e as listas das sacerdotisas de Hera em Argos e dos ganhadores dos jogos Carneios em Esparta compilada por Helânico contribuíram para o estabelecimento de uma melhor cronologia no mundo grego. Mas as questões levantadas por muitos estudos antiquários eram de importância teórica até maior. O estudo das origens das cidades, a comparação entre leis e costumes bárbaros e gregos, a procura dos primeiros inventores de artes e técnicas levaram a uma valoração da civilização humana. O fogo, o alfabeto, a domesticação do cavalo, a descoberta da navegação teriam sido um dom dos deuses ou um produto da atividade humana? Se o homem havia sido o inventor, como teria ele a isso chegado? Por acaso? Por imitação? Combatendo os deuses? Se tivesse sido por imitação, imitação de quem e do quê?

Enquanto a pesquisa histórica nos termos tucidideanos barrava este tipo de problema, os sofistas gostavam deles e os transmitiram a gerações posteriores de filósofos e de eruditos. O próprio Hípias escreveu a respeito dos nomes das nações, e ele e Crítias produziram descrições das constituições das várias cidades e regiões, Helânico não era um sofista ainda que tivesse feito distinções de caráter filosófico (Arr. *Diss.* II, 19, i, citado por Aulo Gélio I, 2, 10); mas, pelo menos, a julgar pelos títulos, os seus temas eruditos eram indistinguíveis dos temas dos sofistas:

“Sobre as nações, nomes de nações, fundações de cidades e de nações, leis dos bárbaros”.

Um elemento de jogo e de passatempo foi intrínseco à erudição desde o seu início. Quando um autor do século 5º a.C. produzia uma dissertação a respeito dos pais e dos ancestrais dos guerreiros que foram a Tróia, pode-se assumir – ou ao menos se espera – que não o fizesse a sério. O prazer erudito é sempre ambíguo. A pesquisa erudita dos sofistas fornecia o material necessário para a visão que tinham sobre a natureza e a civilização humana e era, portanto, mais próxima da filosofia do que de qualquer outro tema. O caráter sistemático da erudição sintonizava com o caráter sistemático da filosofia. Infelizmente estamos muito mal informados a respeito dos escritos teóricos dos sofistas sobre a política, mas parece que eles usavam a sua pesquisa antiquária para apoiar suas teorias jurídicas.

A ligação entre a pesquisa filosófica e a erudição foi mantida durante o século 4º. Platão não tinha interesse pela história no sentido tucidideano, mas estimulava os estudos a respeito dos costumes e das leis, a julgar por sua própria obra *Leis* e pelas atividades enciclopédicas de seu aluno Heráclides Pôntico. O livro terceiro das *Leis* de Platão é um exame das origens da civilização de acordo com os princípios dispostos pelos sofistas. O que Diógenes Laércio chamou de livros históricos de Heráclides, “Sobre os pitagóricos” e “Sobre as descobertas”, são, de fato, pesquisas antiquárias fora da tendência majoritária da história: “descobertas” é um tema típico da erudição sistemática. Na escola de Isócrates, que no conjunto favorecia a história tucidideana, havia sido deixado um espaço para a erudição com o propósito de esclarecer do que tratava a civilização ou a paidéia: Éforo, por exemplo, escreveu sobre as “descobertas”, *heuremata*. Mas, é desnecessário dizer, foi na escola de Aristóteles que a erudição e a filosofia combinavam melhor. Aristóteles fundamentava todas as suas conclusões, e particularmente aquelas a respei-

to de política, em levantamentos extensivos sistemáticos de conhecimento empírico. Seus alunos Teofrasto e Dicearco desenvolveram suas visões sobre religião e civilização com base em pesquisa antiquária. Um exemplo famoso é o levantamento feito por Teofrasto das oferendas e dos sacrifícios para os deuses que é, ao mesmo tempo, um ataque contra os sacrifícios tintos de sangue. Um dos traços notáveis da ciência aristotélica é a combinação da pesquisa antiquária com a crítica e a editoração textual. Nós a encontramos em Alexandria, onde o aluno de Teofrasto, Demétrio de Falera, há muito era ativo. Alexandria oferecia uma outra combinação notável: a da pesquisa com a poesia. Como Rudolf Pfeiffer enfatizou repetidas vezes, a combinação do amor pela poesia com o estudo é pouco usual. A poesia Alexandrina no século 3º a.C. e a poesia francesa no século 16 são os exemplos mais óbvios deste fenômeno. Calímaco e Apolônio de Rodes procuraram a pesquisa antiquária de acordo com regras que remontavam a Aristóteles, mas buscavam a poesia de um modo que – a julgar pela polêmica entre Calímaco e o peripatético Praxifanes – nem sempre contava com o apoio dos discípulos de Aristóteles.

A história tucidideana entrou em declínio no século 3º a.C. Alguns homens honestos como Ptolomeu, Aristóbulo e Jerônimo de Cardia foram contra a maioria de seus colegas historiadores ao tentarem restaurar a verdade e a proporção dos acontecimentos de uma época que estava se tornando lendária sob os olhos daqueles mesmos que a haviam vivido. Algumas gerações mais tarde, Políbio, com razão, sentiu que durante o século anterior o amor pelo drama e a falta de experiência prática estimularam uma crise na história política. A erudição prosperou onde a história política estava em declínio. O Egito não produziu praticamente nenhum historiador político sério depois do Rei Ptolomeu, mas tornou-se o centro da pesquisa antiquária. O interesse filosófico continuou a

apoiar a erudição. Um dos resultados mais importantes foi a noção de *bios*, de “vida”, que podia ser aplicada tanto ao indivíduo quanto à uma nação inteira. Escrever a história pessoal de um indivíduo não era novidade. No século 5º, Íon de Quios e Stesimbrotos de Tasos tinham feito esboços de seus contemporâneos. Os poucos fragmentos que sobraram mostram que Íon de Quios era um contador de histórias irresistível. As biografias foram escritas no século 4º. Temos uma, *Agésilau* de Xenofonte, ou talvez duas, se tomarmos o *Evágoras* de Isócrates como uma biografia primitiva. As biografias, entretanto, se multiplicaram apenas em época helenística, e não há praticamente dúvida que os peripatéticos foram muito responsáveis por este desenvolvimento. Eles estavam interessados em tipos e, em última análise, o estudo de biografias era, para eles, o estudo dos tipos humanos. Eles estudaram os tiranos, os artistas, os poetas e os filósofos no formato das biografias.

Este não é o lugar de discutir os problemas relacionados com o desenvolvimento da biografia grega; nem é este o momento de decidir se a biografia era uma forma de história para os gregos, ainda que nenhuma autoridade antiga tenha colocado os biógrafos entre os bons historiadores. O que é seguro (como Friedrich Leo explicou em 1901) é que, em época helenística e romana, a biografia foi escrita em dois formatos, tanto como biografia ordenada cronologicamente quanto como biografia sistematicamente organizada. A última nos interessa aqui.

As vidas dos políticos e dos generais foram usualmente escritas de acordo com uma seqüência cronológica correta. Podemos ver em Plutarco que essas vidas tinham muito em comum com a história política regular do tipo tucidideano, se desconsiderarmos o fato que esta história regular do tipo tucidideano não incluía detalhes biográficos. As vidas dos poetas, dos artistas e dos filósofos foram freqüentemente escritas de forma sistemática, examinando sucessivamente os vários aspectos de uma

dada personalidade. Diógenes Laércio escreveu vidas de filósofos deste tipo e um dos aspectos mais especulativos da teoria de Leo sobre a biografia grega foi sustentar que, quando Suetônio escreveu as suas vidas dos Césares em uma ordem sistemática, ele transferiu aos homens de ação a forma de biografia que originalmente servia apenas a escritores e a artistas.

A forma biográfica que encontramos em Suetônio e em Diógenes Laércio está certamente em harmonia com a antiquária alexandrina; ela possuía todas as características que associamos, efetivamente, à pesquisa antiquária. Deve ser comparada com a informação biográfica que os bibliotecários de Alexandria incluíam em suas tabelas ou guias, *pinakes*. Também era o tipo de biografia que não se restringia ao estudo das vidas individuais. Dicearco escreveu uma vida da Grécia que foi imitada pela *Vida do Povo Romano* de Varrão e talvez também por outra *Vida da Grécia* atribuída a Jasão. É verdade que Dicearco fez alguma distinção entre vida primitiva e vida civilizada, e que discutiu extensivamente as formas distintas da vida primitiva, vistas por ele através de uma lente rósea. Mas, ao aproximar-se de tempos mais recentes, ele não deu muita atenção à ordem cronológica e não procedeu a uma descrição sistemática das instituições e dos costumes gregos à maneira de Suetônio. Um produto indireto curioso desta biografia sistemática e erudita é o trabalho de Varrão, *Imagines* ou *Hebdomades*, no qual setecentos retratos de romanos e de não-romanos foram coletados, cada qual com seu próprio elogio.

A pesquisa histórica em seu formato antiquário também se distinguiu pelo uso extensivo de quadros, inscrições e monumentos. Historiadores sérios, de Tucídides a Políbio, de Fábio Píctor a Tácito, valeram-se ocasionalmente de arquivos, mas nenhum deles jamais começou a escrever uma história pela busca sistemática de documentos. Nem mesmo Dionísio de Halicarnasso, que sofreu a influência de Varrão, sentiu a necessidade de realizar um estudo aprofundado de material dos arquivos roma-

nos. Os historiadores rara vez iam a arquivos e mais rara vez ainda citavam *in extenso* os documentos que por ventura ali tinham encontrado. Os eruditos, *filologoi*, fizeram da coleta de documentos o seu negócio. A obra de Aristóteles a respeito das encenações dramáticas em Atenas estava fundamentada nos registros originais. Crátero, talvez o seu contemporâneo mais jovem, copiou e publicou decretos áticos (Jacoby, *Fr. Gr. Hist.*, n. 342). Pólemon, escreveu um trabalho “sobre as inscrições cidade por cidade” e sabemos que pelo menos em um caso ele cita um decreto ático literalmente. (C. Müller, *Fragm. Hist. Graec.* III, 138). O trabalho dos cronólogos helenísticos está fundamentado na exploração dos registros públicos – tais como listas de magistrados (para as quais Hípias já tinha dado o exemplo no século 5º a.C.). Mais tarde, Varrão empregou documentos oficiais como apoio de suas etimologias. Ele mergulhou em *ensoriae tabulae, comentarii consulares, libri augurum, carmina saliorum*, e assim por diante.]

Estátuas, templos, objetos votivos, foram ilustrados em monografias e em manuais gerais. Heródoto, é claro, examinou com cuidado os monumentos que viu. Mas a historiografia tucídideana economizava no uso que fazia da evidência advinda de monumentos; e depois de Tucídides o estudo de documentos arqueológicos e epigráficos nunca mais fez parte das questões que ocupavam o historiador comum. Como compensação, o velho tipo de descrição geográfica, a *periegesis*, foi transformada de sorte a satisfazer as necessidades da pesquisa antiquária sobre os monumentos. O geógrafo tornou-se, com frequência, um antiquário. No século 2º a.C., Pólemon provavelmente se autodenominava um *periegetes*: ele era, de fato, um guia erudito, um remoto antecessor de Cicerone de Burckhardt. A monografia antiquária podia ser tão restrita a ponto de incluir apenas os monumentos da acrópole ateniense ou tão abrangente para abraçar a Grécia inteira, que é o que Pausânias quase conseguiu fazer. Pó-

lemon foi, inclusive, além da Grécia ao escrever sobre a Samotracia e Cartago. Histórias locais tornaram-se repletas de detalhes de antiquária, e o maior de todos os historiadores locais de Atenas, Filocoro, era também um dos escritores mais ativos de monografias sobre as inscrições áticas, as instituições religiosas e outros temas antiquários. Nós podemos tomar estas monografias como produtos indiretos de sua obra *Atthis*.

↳ ANTIQUÁRIO. CONSULTA A ARQUIVOS E MONUMENTOS

IV

Para resumir aquilo que não posso aqui discutir em detalhes, podemos distinguir cinco tendências principais na erudição helenística. Uma diz respeito à edição e ao comentário dos textos literários. A segunda é a coleção de tradições antigas sobre cidades individuais, regiões, santuários, deuses e instituições específicos. A terceira tendência é a descrição sistemática de monumentos e a cópia de inscrições. A quarta é a compilação de biografias eruditas, e a quinta é a cronologia. Nenhum destes tipos de pesquisa era completamente novo no período helenístico, e nenhum era tratado invariavelmente de modo sistemático. Alguns dos temas que hoje deveríamos colocar no centro da pesquisa histórica eram deixados para os estudiosos eruditos. Eles lidavam com o documento original a respeito do passado, estudavam as primeiras manifestações de civilização, mantinham-se em contato próximo com a filosofia, e de fato eram biógrafos profissionais. Os historiadores políticos tomaram conhecimento destes temas apenas marginalmente e portanto foram incapazes de apresentar a história em um contexto mais amplo. Por outro lado, os eruditos rara vez tentavam relacionar os seus temas com os desenvolvimentos políticos.

Preferiria que não me pedissem um julgamento simples a respeito das diferenças entre a erudição do século 2º a.C. e a

erudição dos dois séculos seguintes. É evidente que a continuidade de temas e de métodos foi de alguma forma afetada pelo declínio geral do mundo helenístico nos séculos 2º e 1º a.C. sob a pressão dos romanos. Fatores maiores do que meramente as limitações e erros intelectuais explicam a falta óbvia de criatividade que se percebe em amplos setores da historiografia e da erudição no segundo, mas especialmente no primeiro século a.C. Os estudos históricos do século 1º a.C. são, particularmente, mais notáveis por seu caráter enciclopédico – tanto no lado político quanto no lado erudito – do que pela originalidade de idéias: Alexandre Polyhistor, Castor, Trogo Pompeu, Diodoro foram autores completos, mas não foram criativos. Ainda assim, o imperialismo romano não foi uma influência totalmente negativa. A existência de Políbio e de Posidônio seria impensável sem Roma; da mesma forma, os horizontes amplos da *orbis* romana foram responsáveis, em alguma medida, pela enorme gama de interesses de Alexandre Polyhistor, Trogo Pompeu e Diodoro. Políbio reconheceu que os romanos tornaram possível a história universal. Além disso, os próprios romanos descobriram uma fonte de força nacional na erudição. Eles deram um sentido de urgência à tarefa de absorver os métodos da ciência grega; tanto que até os próprios mestres gregos se surpreenderam. A erudição histórica aproximou-se mais da política em Roma do que havia ocorrido no mundo helenístico. A pesquisa antiquária revelou aos romanos costumes a serem reavivados e precedentes a serem respeitados. Imperadores como Augusto e Cláudio foram ágeis em tomar as vantagens inerentes a um antiquariato bem explorado.

Varrão herdou o *esprit de système* de seus antecessores helenísticos, mas o aplicou com tanto consistência, tanta força e plenitude de resultados que ofuscou todos os seus predecessores. Seus contemporâneos ficaram maravilhados e, cinco séculos mais tarde, Santo Agostinho ainda estava sob o seu fascínio. Vin-

te e cinco livros tratavam da *antiquitates rerum humanarum* e dezesseis, da *antiquitates rerum divinarum*: o próprio paralelismo entre as duas séries era algo de desconhecido entre os gregos. Varrão gostava de alternar obras sistemáticas com observações sobre temas miscelâneos. Os seus sucessores, de Suetônio a John Lydus no século 6º, seguiram-no nas duas direções.

A ciência antiquária permaneceu como uma inspiração viva em Roma até o final: é suficiente mencionar a erudição antiquária dos assim chamados últimos pagãos no século 4º a.C., Sêrvio, Macróbio, Símaco. Mas nunca houve um outro Varrão. Isto significa que não houve nunca mais uma situação em que a descoberta de novos fatos tivesse sido perseguida tão insistentemente e tão eficazmente quanto na época de César. Em Roma, talvez até mais rapidamente do que nos reinos helenísticos, a erudição era sinônimo de compilação e compilação conduzia a sumários, excertos, *scholia* – a finalidade da pesquisa vigorosa e criativa. Conseqüentemente, a tendência de fusão da pesquisa histórica com o antiquariato tornou-se insignificante depois de Augusto. Um historiador com interesses antiquários como Dionísio de Halicarnasso permaneceu uma exceção. Mais tarde, Tácito pode recuperar bons efeitos marginais dos detalhes antiquários, mas nada além. Os antiquários, com efeito, mantiveram seu laço tradicional com os filósofos: de Varrão a Macróbio muitos deles se interessaram por filosofia, mas nenhum parece ter sido um pensador original. É significativo que a pesquisa antiquária tenha sido feita para contribuir para as polêmicas religiosas tanto do lado pagão quanto do lado cristão. Mas, talvez, o único filósofo romano que utilizou a pesquisa antiquária para estabelecer novas proposições filosóficas tenha sido Santo Agostinho: e as novas proposições foram tais que tornaram supérflua qualquer pesquisa antiquária ulterior.

[A pesquisa sobre as antigüidades não sofreu interrupção durante a Idade Média ocidental, à qual limitarei minhas obser-

vações. As enciclopédias (como a de Isidoro de Sevilha) transmitem noções gerais sobre a antigüidade clássica. A descrição sistemática das instituições e costumes não desaparece por completo. As ruínas de Roma eram tema de constante curiosidade e as descrições de tais antigüidades – os *Mirabilia* – são espécimes de levantamento sistemático. Inscrições foram coletadas ocasionalmente; monumentos individuais ou gemas foram examinados. Historiadores eclesiásticos usaram as inscrições e outros documentos antiquários para fundamentar suas pretensões. No século 9º, Agnellus de Ravena é um exemplo notável com o seu *Liber Pontificalis*. A obra *De antiquitate Glastoniensis Ecclesiae* de William de Malmesbury é um trabalho posterior e melhor conhecido do mesmo gênero. Mas, tanto quantitativamente quanto qualitativamente, este tipo de pesquisa foi muito restrito para ter uma incidência verdadeira sobre os estudos históricos. A pesquisa antiquária sistemática não foi praticada de meados do século 7º até o século 14.

Alguns fatos saltam à vista. No século 14, Petrarca examinou as antigas fontes literárias com uma atenção nos detalhes de linguagem e de história sem precedentes desde o século 4º d.C. Ele utilizou moedas romanas para corrigir ou completar o documento literário. Seu amigo Giovanni Dondi realizou um estudo detalhado dos monumentos com uma técnica científica jamais empregada por nenhum antiquário. Na questão da topografia romana, como em tantos outros temas, Petrarca deveu muito à tradição medieval: os *Mirabilia* eram ainda uma autoridade para ele. Mas ele criou um novo método que no curso das duas gerações seguintes deveria promover uma ruptura completa com os *Mirabilia* e com as enciclopédias medievais.

A *Genealogia Deorum* de Boccaccio e o *De laboribus Herkulis* de Salutati ainda mostram uma dependência óbvia em relação aos métodos medievais de interpretação. *Roma Triumphans* de Biondo e *Miscellanea* de Policiano pertencem a um mundo

novo e diferente – desenvolvem o método de Plutarco em toda a sua potencialidade. O caso de Policiano é o mais simples. Ele imitou na *Miscellanea* a combinação da pesquisa antiquária e filológica que Aulo Gélio tinha exposto em *Noctes Atticae*. A única diferença é que ele é muito mais preciso e inteligente do que Aulo Gélio. Biondo fez renascer antigas formas que tinham desaparecido mil anos antes. Ele tentou reviver deliberadamente as *Antiquitates* de Varrão. O resultado, um pouco diferente do Varrão original, tornou-se o protótipo de toda a pesquisa antiquária posterior a respeito de Roma antiga. Depois de ter dedicado o seu *Roma Triumphans* às instituições romanas e o *Roma Instaurata* à topografia romana, ele produziu a sua obra mais original, *Italia Illustrata*. Outros seguiram Biondo com pesquisas sobre a Alemanha, a Espanha e a Inglaterra. Biondo separou rigorosamente a pesquisa antiquária da história, mesmo que ainda estivesse interessado na última e tivesse sido com efeito um dos fundadores da história medieval com o seu *Historiae ab inclinatione Romanorum*. Assim como Policiano foi o mestre da nova pesquisa sobre detalhes individuais, Biondo foi o precursor dos manuais antiquários sistemáticos e o fundador da pesquisa científica moderna sobre antigüidades de todos os países europeus.

V

A famigerada palavra “Renascença” tem um sentido preciso quando aplicada à pesquisa histórica dos séculos 15 e 16. Algo tinha sido realmente chamado à vida: a antiga pesquisa erudita como uma disciplina autônoma que não deve ser confundida com a história. No século 15, o termo “antiquarius” adquiriu o sentido de “estudante de objetos antigos, costumes, instituições com vistas à reconstrução da vida antiga”. Felice Feliciano se autodenominava “antiquarius” naquele texto clássico do antiquariato do século 15,

o *Iubilatio*. Filologia e antiquariato tinham sido inseparáveis na antigüidade; eram de novo inseparáveis na Renascença. É mais difícil decidir até que ponto o velho laço entre a filosofia e o antiquariato foi renovado nos séculos 15 e 16. Os antiquários normalmente imprimiram em suas obras posições religiosas, artísticas e políticas muito fortes. Havia os antiquários que gostavam do paganismo (como Pomponio Leto). Outros (como Guillaume Budé) preocupavam-se com as relações entre helenismo e cristianismo. A maioria via a antigüidade como modelo de arte, arquitetura e festivais, e admiravam as leis e as instituições romanas. O antiquariato aparecia como um renascimento das antigas formas de vida: ajudava as nações a adquirirem autoconfiança ao redescobrir suas antigas tradições. Os imitadores de Biondo na Alemanha, na Espanha e na Inglaterra contribuíram para a formação do nacionalismo em seus respectivos países.

Teóricos da história, de início, ignoraram completamente a pesquisa antiquária e mais tarde a declaram história de um tipo diferente e menos perfeito. Em 1605, depois de ter feito uma distinção entre Antigüidades, Memoriais, e História Perfeita, Francis Bacon denominou Antigüidades “história desfigurada ou alguns vestígios de história que acidentalmente escaparam do naufrágio do tempo”. A distinção repercutiu em Gerard J. Vossius em sua divisão tripartite de *antiquitates, memoriae et historia iusta*. O tipo de história professado por Tucídides e por Lívio – a narrativa em ordem cronológica de acontecimentos políticos e militares – era considerada superior ao esforço de antiquários em reconstruir sistematicamente instituições e costumes.

Híbridos misturando a narrativa histórica e a pesquisa sistemática existiram; mas, até onde conheço, estes não abordaram nem Roma nem a Grécia como um todo. Eles se encontram principalmente em obras de etnografia e de história local. Vimos como na Grécia também a etnografia antiga e a história local tinham mais afinidade com obras antiquárias do que com obras

históricas. O *De rebus siculis* de Tommaso Fazello (1558) é um bom exemplo. A primeira parte da obra está organizada não cronologicamente, mas geograficamente como um levantamento de cidades da Sicília. A segunda parte é a história da ilha.

Enquanto as implicações filosóficas e teológicas da pesquisa antiquária eram, com frequência, vagas nos séculos 15 e 16, elas se tornaram muito mais definidas no século seguinte. Como já mencionei em relação a Peiresc, os antiquários pensavam que eles estavam aplicando o método de Galileu ao estudo do passado. Duas gerações depois de Peiresc, Giovanni Giusto Ciampini tornou a pesquisa antiquária uma parte das atividades de sua *Accademia fisico-matematica* em Roma. No século 17, controvérsias políticas e religiosas tiveram um efeito adverso nos estudos regulares de história. Pirronistas perguntavam alto se os livros de história podiam ser considerados mais do que visões facciosas dos acontecimentos. Historiadores comuns enfrentavam o descrédito devido aos serviços prestados a causas dinásticas e sectárias. Mas os antiquários não estavam envolvidos neste descrédito. Eles mantinham uma atitude de estudiosos descompromissados. Sentiam-se parte de uma irmandade internacional. Diferenças religiosas e políticas não eram barreiras para eles. A resposta que tinham para as dúvidas sobre a confiabilidade da história era apontar para documentos de autenticidade indisputada – moedas, estátuas, edifícios, inscrições. O pirronista F. W. Bierlingius foi tão longe a ponto de insinuar que até as moedas estavam sujeitas a interpretações contrastantes e G.-Ch. Le Gendre admitiu que o “mármore e o bronze, por vezes, mentem”. Addison, no entanto, respondeu que “é muito mais seguro citar uma medalha do que um autor”. Charles Patin acrescentou que por sua objetividade as moedas antigas ajudam o historiador a controlar as suas paixões.

Seria ingênuo aceitar completamente a pretensão de imparcialidade dos antiquários. Os antiquários empregaram, com efeito, mais documentação literária do que estavam dispostos a

admitir, e estavam mais envolvidos em políticas dinásticas e religiosas do que deviam estar se quisessem manter a sua imparcialidade. Os livros antiquários dedicados às relações entre paganismo, judaísmo e cristianismo tornaram-se moda. Eram escritos por *érudits* que tinham total domínio sobre a documentação completa; e que livros estranhos eles, frequentemente, eram: os autores, como Athanasius Kircher, combinavam a ciência com todo tipo de visão teológica. Outro tipo comum de livro antiquário era aquele que apoiava as reivindicações dinásticas ou eclesiásticas às origens ou privilégios antigos: as batalhas políticas entre príncipes e aquelas entre sécs eclesiásticas eram com frequência combatidas por antiquários com armas antiquárias. Jesuítas e beneditinos notoriamente tentaram debilitar um o terreno do outro por meio da descoberta de falsificações no campo oposto. É verdadeiro, entretanto, que a introdução dos argumentos antiquários representou uma melhoria definitiva nas controvérsias eclesiásticas e dinásticas. Sofismas e injúrias eram desencorajados por não oferecer garantias contra o uso metódico de inscrições e de documentos de arquivo. Quando Mabillon, interessado em refutar Papebrochius, produziu o seu *De re diplomática*, Papebrochius foi o primeiro a parabenizar seu opositor. Os carmelitas, que não respeitaram as regras do jogo e conseguiram a condenação de Papebrochius pela Inquisição espanhola (1695) devido às suas dúvidas a respeito da antiguidade dessa Ordem, ficaram desacreditados em todos os círculos mais cultos.

VI

Se uma distinção merece ser feita entre as confissões religiosas no campo dos estudos antiquários do século 17, eu sugeriria que os católicos apoiaram-se mais do que os protestantes nas inscrições, nas moedas e no documento arqueológico.

Os protestantes empregaram muito a crítica bíblica e o estudo dos Patriarcas para fundamentar suas posições. A iniciativa de crítica de textos literários era deles. Richard Simon decepcionou-se quando tentou levar a crítica bíblica ao campo dos católicos: Bossuet, voltado para Espinosa, decidiu que esta tentativa deveria ser desmascarada e punida. Os monumentos, as inscrições, as relíquias e a liturgia constituíam uma nova área em que os católicos tinham boa razão para confiar. Tinham a vantagem de controlar Roma com todos os seus documentos pagãos e cristãos. Percebiam também, com justeza, que a arqueologia possivelmente poderia trazer à tona muitas, se não todas, tradições. Além disso, sob a pressão protestante, os católicos sentiam a necessidade de eliminar todos os acréscimos posteriores ao seu culto – e aqui, novamente, a pesquisa antiquária poderia ajudar. Roma tornou-se o centro da pesquisa antiquária no início do cristianismo; e em 1632 surgiu a primeira obra clássica sobre Roma cristã: *Roma sotterranea* de A. Bosio. Raffaello Fabretti, o fundador da moderna metodologia epigráfica, e Ciampini trabalharam em Roma com incumbências oficiais. Na França, os beneditinos de St. Maur monopolizaram cada vez mais os estudos antiquários.

As conquistas dos antiquários do século 17 não podiam deixar de atrair a atenção dos historiadores. Em aproximadamente 1715, Scipione Maffei, em seus projetos para a reforma das Universidades de Pádua e de Turim, indicou a necessidade de introduzir os estudos das inscrições, das moedas e dos documentos oficiais como parte do treinamento dos historiadores. Mais tarde, no mesmo século, A. L. von Schlözer e J. C. Gatterer transformaram Göttinger no centro de uma escola histórica em que o trabalho do antiquário era oficialmente reconhecido como ancilar para a pesquisa histórica.

Em outros lugares, os historiadores foram mais devagar. O uso das inscrições, das moedas e dos documentos oficiais

para uma pesquisa regular de história estava longe de ser algo comum no final do século 18 e no início do 19. Afinal, mesmo tão tarde quanto 1850, a *História da Grécia* de Grote foi escrita apenas a partir de documentos textuais: inscrições contribuíram minimamente e os vestígios arqueológicos menos ainda. Nem Grote, nem Boeckh, nem Burckhardt chegaram a visitar a Grécia. Além disso, o uso de documentos não textuais na pesquisa histórica não significava necessariamente que os historiadores comuns estivessem preparados para enfrentar os problemas específicos com que lidavam os antiquários. Muitos historiadores que usaram a documentação não textual estavam interessados em história política e militar, e não em história institucional e cultural. O formato de seus livros de história continuou sendo a “estória” em ordem cronológica, enquanto os antiquários permaneceram fiéis aos seus manuais sistemáticos e às suas dissertações miscelâneas.

A situação é ainda um pouco mais complicada. Mesmo que os antiquários tenham conquistado o respeito de alguns historiadores pela maneira sólida com que tratavam a documentação não literária, eles também ganharam novos e perigosos inimigos. Eles não mais podiam apoiar-se nos filósofos. Os enciclopedistas franceses declararam guerra à erudição e cantaram a vitória. Gibbon registrou o que havia acontecido: “Na França a cultura e a língua grega foram negligenciadas por uma idade filosófica”. Não nos é possível aqui analisar as razões pelas quais os enciclopedistas foram tão hostis à erudição. De toda forma, eles perceberam que a erudição tinha cessado de ser um aliado na defesa do pensamento livre, como tinha sido nos dias de Bayle. A aliança rompera-se como resultado do notável renascer dos estudos católicos na França e na Itália entre 1690 e 1740. Depois de Mabillon, Montfaucon, Tillemont e Muratori, tornara-se muito difícil acusar os católicos de serem ignorantes e pouco críticos. Nas disputas eruditas, eles demonstravam tanto conhe-

cimento e senso crítico quanto os seus rivais. Eles tinham aprendido como usar as notas de rodapé, que um dia haviam sido o instrumento favorito da polêmica de Bayle. Assim, Voltaire aboliu todas as notas de rodapé. Em um nível mais elevado, o ataque dos enciclopedistas contra a erudição voltou-se para o sentido da história. Eles reconheceram a importância dos temas estudados pelos antiquários – direito, instituições políticas, religião, costumes, invenções. Eles pensavam, entretanto, que os antiquários estudaram estes temas de uma forma equivocada, acumulando detalhes insignificantes e ignorando a luta entre as forças da razão e aquelas da superstição. Uma das posições essenciais de Voltaire com relação à história era que detalhes em demasia impediam a compreensão do “l'esprit des tems et le moeurs des peuples”. Deve-se admitir que este ataque era lançado em uma época em que os antiquários tinham se tornado um corpo bastante conservador.

Não havia, entretanto, uma razão convincente de por que a história filosófica não pudesse estar associada à erudição. O ódio de Voltaire pelos *érudits* não era regra permanente e nem onipresente. Na Itália, Vico tinha preparado de algum modo o caminho para uma síntese entre a filosofia e a erudição. Na Alemanha e na Inglaterra alguns historiadores logo combinaram os dois elementos. A *História da Arte Grega* de Winckelmann e o *Declínio e Queda* de Gibbon são produtos desta combinação, e nós sabemos como Gibbon estava consciente de ser tanto um antiquário quanto um filósofo – isto é, ele era um historiador filosófico com um amor antiquário pela minúcia e pela documentação não literária.

Se tivesse sido feito um levantamento de todos os estudos históricos alguns anos antes da Revolução Francesa, ele provavelmente revelaria a seguinte situação. Os métodos da pesquisa antiquária ganhavam lentamente espaço na história política, mas os historiadores filosóficos estavam ainda tentando desco-

brir o curso da civilização com um mínimo de pesquisa erudita. Os próprios antiquários estavam fazendo os seus trabalhos com um sentimento de desconforto, traídos em seus prefácios, por estarem fora de moda. Apenas alguns historiadores filosóficos decidiram bravamente combinar a filosofia com o antiquariato; e os resultados justificaram amplamente os seus esforços.

No curso do século 19, Winckelmann e Gibbon tornaram-se mestres reconhecidos: os dois tipos de pesquisa histórica cada vez mais atuavam um sobre o outro e chegavam próximo à síntese. Mommsen construiu sua história romana apoiando-se em textos legais, inscrições, moedas e no estudo das antigas línguas itálicas. Ele realizou um trabalho pioneiro que proporcionou resultados permanentes em todos estes campos, mesmo que seu objetivo tivesse sido essencialmente a história política. Na Alemanha em especial, vários teóricos da historiografia negavam às antiguidades o direito de sobreviver como tema independente. F. Ritschl, grande estudioso do latim, expressou suas opiniões em 1833; trinta anos mais tarde J. G. Droysen simplesmente omitiu um lugar aos estudos antiquários em sua teoria do método histórico. E, o que é mais importante, os velhos tratados sistemáticos sobre as quatro antiguidades estavam sendo lentamente substituídos por exposições históricas regulares. K. O. Müller escreveu uma história da mitologia grega no lugar de um manual de antiguidades religiosas. L. Friedländer substituiu com o seu célebre *Sittengeschichte* as mais comuns antiguidades privadas dos romanos. H. Köchly e outros escreveram histórias da arte antiga da guerra no lugar de tratados sobre as antiguidades militares. A fusão perfeita da pesquisa antiquária com a história tucidideana parecia apenas uma questão de tempo. Mas, de alguma forma, esta fusão nunca ocorreu. Havia algo em seu caminho.

Mommsen, por exemplo, foi implacável. Ele escreveu *Staatsrecht* e *Strafrecht* de uma maneira sistemática e nunca con-

descendeu em tornar-se um historiador das instituições romanas. Ele insistia na solidez teórica de seu método: instituições individuais eram parte do todo e deviam ser estudadas como tais; esta era a maneira de evitar as fantasias de Niebuhr sobre a Roma arcaica. No caso de alguém suspeitar que Mommsen pregava visões reacionárias em questões de método histórico, me apresso em acrescentar que Burckhardt, ao escrever tanto o seu estudo da Renascença italiana quanto a sua história da civilização grega, usou o método descritivo e sistemático dos antiquários mais do que a rigorosa ordem cronológica dos historiadores. Os teólogos por sua vez jamais abandonaram o caráter sistemático em seus estudos cronológicos do judaísmo e do cristianismo (e foram, portanto, acusados com frequência de serem incapazes de compreender a história). Mesmo no começo deste século, Eduard Meyer não hesitou em aceitar a distinção entre história e antiguidades.

Superficialmente esta distinção era indefensável. Instituições e costumes religiosos são claramente o resultado da evolução e podem ser tratados historicamente apenas em ordem cronológica. A maneira de Mommsen de tomar o Estado romano como uma idéia platônica e de analisá-lo em suas partes constitutivas não pode fazer frente às críticas: um dos discípulos de Mommsen, E. Täubler, apontou este fato com termos corretos.

Na atitude de Mommsen e daqueles que compartilhavam suas posições havia, sem dúvida, um elemento considerável de conservadorismo intelectual. Estudiosos que haviam recebido uma formação jurídica ou teológica são conhecidos tanto por seu amor aos tratados sistemáticos quanto por sua vontade de não procurar as explicações históricas. Além disso, a historiografia alemã do século dezenove reagiu como um todo contra a idéia comum no século dezoito que a história da civilização era mais importante do que a história política. Se os historiadores típicos do século dezoito são estudiosos da civilização – Voltaire, Condorcet, Ferguson, Robertson, – os grandes nomes da his-

toriografia alemã do século dezenove, de Droysen a Treitschke, são basicamente historiadores políticos. Esta afirmação pode ser adjetivada de cem maneiras, mas de modo geral ela é correta e também explica porque Ranke insistiu em dar prioridade à política externa, isto é, à história política não diluída. A situação, pelo menos na Alemanha, era favorável à separação permanente entre a história política e a pesquisa antiquária a respeito de assuntos não políticos, como o direito e a religião.

Entretanto, podemos afirmar hoje, retrospectivamente, que a sobrevivência da pesquisa antiquária foi mais do que um mero fenômeno de conservadorismo acadêmico. Qualquer um que tenha tentado escrever a história das instituições ou das religiões sabe que não é tão fácil desfazer-se da ordem sistemática por aquela cronológica. O que em Mommsen era apenas implícito tornou-se agora um ponto básico da sociologia, antropologia e do que hoje é vagamente conhecido como estruturalismo.

As instituições estão inter-relacionadas; as leis, costumes e cerimônias individuais são explicadas por outras leis e costumes e cerimônias. Cada estado ou nação tem um sistema de crenças, de instituições, de leis, de costumes, que deve ser visto como um todo. É aqui que se encontra o dilema. Crenças e instituições têm um começo, uma evolução e um fim: nós podemos e devemos escrever a sua história. De qualquer forma, uma história da religião ou do direito não está mais em discussão: ela existe. Mas nenhuma história simples conseguiu até hoje dar a idéia de coerência interna, de significado, de uma instituição política ou de uma religião. Os antiquários estavam tradicionalmente próximos dos filósofos porque a sua abordagem sistemática das instituições e das crenças permitia uma avaliação crítica dos princípios subjacentes a um sistema de leis ou a uma religião. A eliminação da abordagem sistemática a favor de uma abordagem histórica tornaria qualquer crítica de natureza filosófica muito difícil. Como devemos compreender e criticar um sistema jurídi-

[co, uma religião, uma instituição, se a ênfase for colocada em sua evolução transitória e episódica?] Obras maravilhosas como o *Staatsrecht* de Mommsen ou o *Gheist des römischen Rechts* de Jhering somente foram possíveis porque seus autores preferiram o permanente ao transitório.

Eu acredito que estamos todos agora cientes deste dilema, ainda que não saibamos ao certo como sair dele. O que posso acrescentar sem ir além do fato é que as tentativas mais comuns de resolver o dilema admitem recentemente que o estudo estrutural das instituições e das crenças é um complemento necessário ao seu estudo histórico. Mais ainda porque apenas um sistema de crenças ou de instituições pode ser comparado com outros sistemas; e estamos todos agora convencidos que os métodos comparativos nos auxiliam a compreender os fatos históricos. Eu não conheço o suficiente a respeito da história da sociologia e da antropologia para poder dizer até que ponto os estudos antiquários contribuíram para as origens da moderna sociologia e antropologia. Em alguns casos individuais o relacionamento entre estudos antiquários e sociologia é óbvio: Max Weber era, e se sentia como, um discípulo de Mommsen. Émile Durkheim era um discípulo de N. Fustel de Coulanges, outro predecessor do estruturalismo com a sua *La cité antique*. Em outros casos, a situação não é tão clara. W. Roscher, o pai fundador de moderno *Staatswissenschaft*, era um grande admirador de Tucídides. Qualquer que tenha sido a relação genética entre antiquariato e os estudos estruturais, é um fato que o estruturalismo está hoje tomando o lugar da abordagem sistemática dos antiquários. Se esta há de se tornar uma solução satisfatória é uma outra questão.

[Com o desaparecimento gradual da abordagem tucidideana, ou política da história, a história não está mais confinada aos acontecimentos políticos. Tudo agora é suscetível de ser história, como quando Heródoto iniciou todo esse negócio da história.

Neste sentido, o antiquariato, sendo uma contrapartida da abordagem política da história, está agora morto. Mas a tarefa de descrever sistematicamente as instituições e as crenças não é algo que possa ser facilmente descartado como inútil. O surgimento da sociologia está certamente relacionado com o declínio do antiquariato porque a sociologia é a herdeira legítima dos estudos antiquários. Está claro que a relação de três lados entre a filosofia, o antiquariato e a história perfeita está agora sendo substituída pela relação entre filosofia, sociologia e história. Hípias teve um sucessor em Comte, e a recusa obstinada de Mommsen em abandonar a abordagem antiquária pelas instituições romanas foi reivindicada por seu discípulo Max Weber. Neste sentido, o antiquariato está vivo e ainda ouviremos falar a seu respeito.